

Título: SOCIOLOGIA DA MUDANÇA		Professor responsável: Aspásia Camargo	
Instituto Ofertante: CBAE - Colégio Brasileiro de Altos Estudos		Universidade ofertante: UFRJ	
Carga Horária Total: 30 horas	Presencial teórica: Não	Presencial prática: Não	A distância: Sim
Nº de créditos: 02			
Forma de acesso: Matrícula prévia	Integraliza Extensão? Sim	Existência de Exame Especial? Sim	
Plataforma: Zoom Meetings	Período das aulas: 12 de março a 14 de maio de 2024 Horário: 9h00 às 12h00	Professor responsável na UFMG: Ludmila Ribeiro, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	
Matrícula: código DSO 818 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG			

Pré-requisitos:

Código:	Atividade Acadêmica Curricular:

Avaliação

Trabalhos Frequência Relatórios	A definir durante o curso.
---------------------------------------	----------------------------

Conhecimentos prévios necessários:

Curso aberto a discentes de pós-graduação e de graduação (final da formação).

Ementa:

<p>Cronograma: início 12/3/2024 9:00 – 12:00 término: 14/5/2024 9:00-12:00</p> <p>Este curso tem como objetivo incentivar o debate acadêmico sobre temas estratégicos ligados à grande transição que vivemos hoje, cuja compreensão pode apressar ou retardar o ingresso do Brasil na vanguarda do desenvolvimento mundial. Estamos propondo uma bateria de reflexões e perguntas abertas, capazes de produzir consenso. Algumas delas são mais polêmicas e complexas e, portanto, de difícil resposta, mas acreditamos que todas elas, - e outras que o curso irá provocar-, podem incentivar a criatividade acadêmica e impulsionar o debate, seja através de futuras pesquisas de campo, seja da reflexão gerada pelo próprio debate. Os temas que alinhamos abaixo pretendem apenas estimular a transversalidade da reflexão e a complementaridade do conhecimento. Acreditamos que este é o núcleo duro da transição profunda. Mergulhar no abismo do conhecimento.</p> <p>I. OBJETIVO: INVESTIGAR A NATUREZA DA TRANSIÇÃO PROFUNDA</p> <p>O curso pretende avaliar a singularidade, a extensão e a profundidade da transição iniciada em meados do século passado quando a sociedade industrial deu os primeiros sinais de declínio e a pós-modernidade afrontou a modernidade que parecia definitiva. Um novo modelo, que alguns identificam como A Terceira Onda, agora se aprofunda em diferentes direções neste primeiro quartel do século XXI, provocando enormes impactos sociais e políticos, e buscando as formas possíveis de neutralizá-los ou resolvê-los. Designamos tais mudanças inéditas e disruptivas como Transição Profunda, em substituição à Grande Transformação sintetizada por Karl Polanyi e que foi também objeto de reflexão dos estudiosos do Nation and State Building, dos iluministas e liberais dos séculos XVIII e XIX e de Karl Marx, cujo vigor intelectual e político identificou na Revolução Industrial um novo patamar das forças produtivas, e indiretamente impulsionou a inclusão social do início do século XX, com a extensão da participação e da democracia e o nascimento da social-democracia europeia.</p>

Diante do declínio do modelo fordista e taylorista da produção fabril, agora estamos sendo impulsionados por uma onda de novas tecnologias, típicas da sociedade da informação, do conhecimento e dos serviços. A interação entre esses três níveis, complementares, mas diferenciados, imprime à mudança um ritmo vertiginoso de crescimento geométrico, gerando enorme instabilidade social e política. A velocidade da mudança e seus rumos incertos desorganiza as cadeias produtivas, cancelando empregos e informalizando o trabalho, de renda instável, e social e espacialmente mal distribuída. Assistimos também, de forma imprevista, à desconstrução ocidental do modelo binário da sexualidade ancestral, agora ingressando em uma matriz de múltiplas e diferenciadas possibilidades de gênero, dentro de um continuum imprevisível.

Além disso, as mudanças em curso são concomitantes, ocorrendo ao mesmo tempo em diferentes níveis, o que provoca mais imprevisibilidade e mais desequilíbrios. É importante observar que a desorganização do antigo modelo de desenvolvimento é mais veloz do que a construção de um novo paradigma, de composição integrada e coerente. É importante observar ainda que os impactos da mudança não se limitam à ordem econômica e ao sistema produtivo, refletindo-se também na ordem social e política, e em uma nova visão de mundo, de contornos contraditórios ou indefinidos. Diante de tamanha incerteza e dos custos impostos pela mudança, não é de surpreender que o modelo liberal de democracia, que se consolida em meio aos conflitos desencadeados ao longo de dois séculos, venha sendo abalado pelo aumento das desigualdades e pelos inúmeros sintomas de desordem social, exacerbada pelos excessos do consumismo e do individualismo. A opulência e a abundância, agora sob ameaça, entram em declínio provocando mudanças de valores e de modo de vida.

Mudanças em diferentes sentidos convergem, portanto, para uma crise civilizatória que substitui (e incinera) os antigos valores e os velhos paradigmas. Nesse quadro de transição profunda devemos ir além da visão puramente tecnológica das mudanças em curso, introduzindo sua dimensão sociológica, a partir de suas componentes morfológicas e sociais. Na epiderme do processo político derretem as velhas elites e apontam novas lideranças sem autoridade como um sinal de que também as elites se renovam em meio ao otimismo das utopias igualitárias, que anunciam um mundo melhor e mais justo, mas também diante do pessimismo catastrofista que anuncia a ideia de fim do mundo.

A linha do tempo: passado, presente e futuro. Procurando seguir a linha do tempo, pretendemos trabalhar nessas três dimensões, explorando o mito do passado que nos inspirou a partir da visão secularizada e iconoclástica de Fausto, sob ingerência do diabo, pronto a utilizar o poder da ciência e a ambição individual dentro de uma visão evolucionista de progresso. Como contraponto, lembremos o ceticismo dos historiadores e filósofos que adotaram o princípio cíclico da ascensão e decadência das civilizações e das elites políticas, sempre prisioneiras do eterno recomeço.

Nesse contexto, o passado real nos oferece um vasto laboratório de experiências de mudança vividas. Pretendemos examinar os modelos de desenvolvimento em sua temporalidade e identidade histórica, comparando a transição presente com modelos passados e os desafios do presente e das possibilidades futuras. Vale à pena analisar a natureza dos modelos de desenvolvimento que deram errado e os que deram certo; os que estão em ascensão e os que estão em declínio. Vivemos no século XX a era dos *late-comers*, muitos deles aprisionados pela armadilha da renda média. Uns poucos que conseguiram vencer a barreira dos modelos hegemônicos para construir atalhos, aumentando a produtividade da economia, gerando capital social e garantindo sua autonomia política.

Ao que tudo indica o velho modelo capitalista, devorador e competitivo, está em crise ou esgotou o seu curso, diante da demanda reprimida em favor de estratégias de proteção do bem comum. O capitalismo tem sido obrigado a se render também à escassez dos recursos naturais cuja abundância e desperdício garantiram a sua prosperidade. Agora estão em ascensão os novos princípios da sustentabilidade e da resiliência que diante do crescimento exponencial das megacidades; e dos impasses da globalização financeira e tecnológica que aparentemente se esgotou.

Cabe ainda investigar os limites da democracia em clima tão adverso, visto que este modelo civilizatório, que experimentamos desde a Grécia Antiga, só se consolidou nos últimos séculos em áreas onde predomina a riqueza. Também o modelo socialista autocrático, de tipo stalinista, entrou em crise profunda

Desejamos também explorar as estratégias espaciais do desenvolvimento, a partir da governança federativa e da geopolítica que se projeta no nível local das cidades, nas sub-regiões e continentes capazes de gerar clusters de prosperidade, ampliando sua influência sobre a comunidade global.

II. O MÉTODO QUALITATIVO E AS INFORMAÇÕES CENSITÁRIAS-

Seguindo os parâmetros da sociologia histórica, desejamos seguir a linha do tempo acompanhando as *histórias de vida* dos que recentemente inovaram com tecnologias disruptivas e comportamento rebelde, criando conceitos e práticas inovadoras que mudaram a configuração social de nosso tempo.

Desejamos considerar também as projeções de futuro através da imaginação antecipatória contida na science *fiction* da literatura e do cinema, além das séries televisivas que povoam nossa imaginação e nos incitam à prospecção dos tempos futuros. Estaremos também atentos à pressão estrutural dos movimentos sociais que revelam contradições e demandas reprimidas; alimentam-se de utopias críticas, redirecionando a sociedade, e quebrando rígidas estruturas hierárquicas da estratificação social e do poder.

Para aferir megatendências, incentivamos explorar a morfologia social a partir das informações do novo Censo Demográfico de 2022, cujas informações ainda sujeitas a interpretação, irão nos permitir análises comparativas de tendências passadas e presentes e ainda projeções futuras.

III. A CRISE ÉTICA DO NOSSO TEMPO-

Vivemos sob o impacto das novas tecnologias disruptivas, na encruzilhada entre o Bem e o Mal. E isso nos assusta e nos ameaça. Podemos utilizá-las para melhorar as condições de vida, fortalecer o bem comum e o interesse coletivo, melhorando a gestão das políticas públicas? É certo que podemos. Mas podemos também continuar prisioneiros dos vícios recorrentes do comportamento humano, que manifestamos ao longo dos séculos, e que os filósofos e pensadores registraram com ceticismo, e que jamais conseguimos conter ou domesticar. São eles, principalmente, a vontade de poder e de acumular riquezas em detrimento de outrem, para usufruir em benefício próprio ou de seu grupo político de rígidas e impostas hierarquias sociais. Além disso, o instinto incontrolável da competição e da violência subjuga populações inteiras, promovendo práticas incivilizadas de crueldade- como o comércio clandestino e em grande escala de órgãos e pessoas- A competição entre os Estados alimenta as guerras, em uma pulsão de ódio, sadismo e vingança incontidos que a Psicanálise tenta explicar - e que acompanha a humanidade desde suas origens. O que merece agora um franco debate é como perpetuar tais vícios quando a tecnologia torna exponenciais os efeitos perversos dessas velhas práticas que já deveriam há muito ter sido abolidas? Os recentes compromissos históricos com os direitos humanos que as Nações Unidas nos impõem, não parecem alcançar o resultado desejado. Seríamos nós, agora, condenados a perecer ou a nos auto exterminar vítimas das tecnologias de guerra que inventamos, isto é, vítimas de nós mesmos?

IV. A CRISE DEMOGRÁFICA E A NOVA MORFOLOGIA SOCIAL

Pretendemos incorporar a proposta de **Maurice Halbwachs**, o pai da morfologia social, a partir da observação de conjuntos humanos a partir de números e estatísticas que configuram tendências sociais. Algumas tendências demográficas estão, reconhecidamente, fora de qualquer controle: o crescimento vertiginoso da população, que se concentra cada vez mais nas cidades- especialmente nas megacidades, designadas como *strong cities* de mais de 10 milhões de habitantes; o envelhecimento da população, fruto do aumento da longevidade, provocando custos financeiros crescentes ao Estado, especialmente nas áreas da Saúde e da Assistência Social, mas afetando também a distribuição dos empregos. Serão os idosos um peso morto que os mais jovens se recusarão a carregar?

Somos muito numerosos e estamos entregues à má qualidade dos alimentos processados, que provocam obesidade e doenças que encarecem os serviços de saúde e diminuem a qualidade de vida da população. A ampliação da oferta alimentar para atender à demanda de população é uma necessidade premente que incita à ocupação de áreas verdes pelo desmatamento e o abuso dos serviços ambientais que nos presta a Natureza. Hoje a capacidade de carga do planeta (o seu poder de substituir o que dela extraímos) ultrapassa duas vezes a sua capacidade de carga. Estamos em déficit crescente. Serão as novas tecnologias capazes de responder a tamanho desafio?

Os nômades do século XXI. A sociedade pós-moderna é individualista, consumista e nômade, e tornou o ser humano um ente itinerante em busca de trabalho e emprego incerto, desconectado de seu núcleo de origem e da vida familiar “em comutação”. As horas de trabalho podem ser estafantes e excessivas, induzindo à

dependência química que compensa com estupeficientes a aridez da vida cotidiana, voltada para a competição e o lucro. Além disso grandes migrações se deslocam das zonas pobres e castigadas pelo clima para as áreas mais prósperas com oferta informal de empregos precários. É o que vem ocorrendo com o êxodo africano em direção à Europa, representando pelo drama dos refugiados ambientais registrados por Sebastião Salgado.

Da mesma forma, localizamos os “bárbaros” na periferia do império americano, dispostos a penetrar no santuário da abundância como seu “proletariado externo”, na consagrada expressão de Arnold Toynbee. Este fluxo populacional, bárbaro e incontido, é a réplica do que já ocorreu nas fronteiras do Império Romano do século V a.C. provocando a sua queda. Hordas de despossuídos estão prontos a violar muros e barreiras; e a invadir as frágeis fronteiras que separam a rica América do Norte da empobrecida América Latina. Eis um dos focos de tensão geopolítica que ameaça a frágil globalização liderada pelo Ocidente, afluyente e moderno. O que poderá fazer a tecnologia e a pós-modernidade diante de tamanhos desafios sociais e políticos?

V. A NOVA GLOBALIZAÇÃO E A CRISE POLÍTICA

Tudo indica que esgotamos uma primeira fase da globalização sob a hegemonia americana, marcada pela participação financeira e a ascensão das big techs. Esta globalização trabalhou em favor da capitalização dos países mais ricos - Estados Unidos (e Canadá), Europa e Japão. Ingressamos agora em uma segunda fase, a da globalização policêntrica, cuja dinâmica introduz uma nova bipolaridade entre os Estados Unidos e a China, mas que permanece ainda sujeita a graves conflitos. Neste novo ciclo, atores emergentes pretendem ser incluídos, especialmente no “global South”, uma miscelânea composta de diferentes regiões do mundo, da Ásia profunda ao paradoxal Oriente Médio, com nítida sub-representação da América Latina e da África - que permaneceram à margem do progresso.

Ganha de novo relevo internacional a retórica atualizada do velho Terceiro Mundo, e das desigualdades entre os países desenvolvidos e os emergentes, que incorporam categorias diversas: as locomotivas asiáticas; os menos desenvolvidos que são os párias do sistema; e a América Latina, dificilmente incluída na categoria “emergente”. Nesse contexto, que papel caberia ao Brasil, um gigante territorial que alçou voo no surto de desenvolvimentismo do século XX, mas que perdeu terreno, permanecendo à margem da primeira onda da globalização.

Nossa economia perdeu competitividade, tem sua produtividade estagnada e ficou à margem das cadeias produtivas globais. O resultado é que o PIB brasileiro internacionalmente encolheu. O país foi vítima de suas instituições democráticas, em realidade dominadas pelo *rent-seeking*, e pelo engessamento do Estado Cartorial já denunciado nos anos sessenta por Hélio Jaguaribe. Seria possível fazer um *catching up*, para inserir o país nesta nova onda da globalização? A inserção e a liderança no G 20 seria uma oportunidade que não deveríamos perder nos próximos anos.

VI. DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA FEDERATIVA

A matriz do curso é o novo paradigma de desenvolvimento, inicialmente inspirado na ideia de A. Gerschenkron dos *late comers*, que tiram partido das vantagens do atraso e escolhem atalhos capazes de recuperar o tempo perdido. Esse modelo precisa ser revisitado à luz da deep transition, e a partir da nova matriz tecnológica e da gestão do capital humano e social correspondente. Pretendemos também explorar a proposta de Weber, universalmente aceita, de que o poder exige uma estrutura de Estado, capaz de garantir à autoridade a coesão necessária e o uso da força para implementar suas próprias decisões. A função do poder é, portanto, a capacidade de planejar e definir estratégias, e viabilizando propostas inovadoras que mobilizem a vontade política coletiva a partir das oportunidades oferecidas pela própria conjuntura. Weber menciona ainda a afirmação das lideranças, capazes de dar velocidade e dinamismo a esse processo.

Mosca e Pareto, por sua vez, chamam a atenção para os ciclos de ascensão e declínio das elites ou da classe política que, independentemente dos regimes político, controla de fato o poder. Períodos de ascensão, inovação, dinamismo e apogeu são substituídos pelo envelhecimento e a rigidez dos interesses corporativos agora resistentes a qualquer mudança, obrigando à renovação de uma classe política em declínio.

Inicialmente cabe às elites inovadoras, ou à classe política, se preferirmos melhor termo, formular estratégias que respondam aos desafios impostos pela morfologia espacial e social, particularmente decisivas

em um país diverso e complexo como o Brasil de dimensões continentais. Países-baleia, ou os chamados dinossauros estão, afinal, emergindo na nova geopolítica mundial. Estes países, reconhecidamente pesados e lerdos, ganham agora espaço diante dos países ágeis, competitivos e menores, os tigres, asiáticos, que conseguiram se inserir no primeiro ciclo recente de globalização. Merece destaque, nesse caso, a excepcionalidade da China, um país-baleia, populoso e extenso, que definiu uma engenhosa estratégia e conseguiu fazer alianças que garantiram sua inserção competitiva, ainda nos anos oitenta, na nova ordem mundial.

Em tais dimensões, o regime federativo é uma solução imperiosa para garantir a governança espacial do território e a melhor qualidade das políticas públicas. Devemos levar em conta que o modelo adotado pela Constituição de 1988 é o do federalismo cooperativo, de inspiração alemã e europeia, já que o federalismo dual originário diminuiu (mas não perdeu) importância na economia moderna. Este modelo vem sendo estruturado em função do princípio da subsidiariedade, que determina uma hierarquia de funções definida de baixo para cima, isto é, do poder local ao poder estadual, e deste ao poder federal.

Pela lógica do referido modelo, o espectro da governança federativa se estende do poder local das cidades ao espaço mais abrangente de uma federação global sob o comando das Nações Unidas, todas elas alinhadas ao processo disruptivo da inovação. Entre os dois extremos seria imperioso ocupar os espaços intermediários de nível regional e sub-regional, como condados ou até mesmo designações mais amplas que possam dar coesão institucional e política à regionalização do desenvolvimento. De fato, a governança federativa exige modelos regionais de desenvolvimento com suas cadeias produtivas, modelos de descentralização territorial do poder geridas por tecnologias digitais. Como dar unidade a esses diferentes elementos dispersivos do território? Através do planejamento estratégico nacional e regional, o único capaz de enfrentar os influxos corrosivos e imprevisíveis da globalização em curso. O poder das cidades deve convergir para estruturas regionais e sub-regionais que se desdobram em nível continental, culminando com a globalização.

Nesse contexto da descentralização com centralidade algumas patologias federativas precisam ser corrigidas. A principal delas é a exclusão das grandes cidades do pacto federativo em nosso país. Fenômenos sociais disruptivos, tais como o aumento do desemprego e do subemprego, aprofundam desigualdades e alimentam insatisfações urbanas reprimidas, inclusive manifestações anárquicas de um populismo crescente. De fato, o maior desafio de nosso modelo federativo é o funcionamento caótico das grandes cidades, em especial das regiões metropolitanas, as principais órfãs da federação. Estas strong cities são, paradoxalmente, desprovidas de uma estrutura gerencial e autônoma de governo. Recomenda-se, nesse caso, autonomia de gestão administrativa e financeira das cidades de mais de 1 milhão de habitantes, e a disponibilidade de fundos e recursos para corrigir esses crônicos desequilíbrios espaciais, uma vez que nosso modelo de federalismo foi construído para dar prioridade a pequenos e frágeis municípios de menos de 50.000 habitantes.

Como reconstruir, portanto, nossa matriz espacial federativa? Alguma atenção precisa ser concedida ao modelo ideal de Estado, partindo do pressuposto que sua função tem sido decisiva, como nos demonstra **Mariana Mazzucato**, na implantação de polos tecnológicos que dão dinamismo e atualidade à nova economia da informação e do conhecimento.

Para vencer o gap das políticas públicas, a governança federativa exige um pacto de alinhamento entre a União, os estados e os municípios, para garantir uma “política de resultados” de notória deficiência nas áreas críticas da educação, da saúde e da segurança pública. Cabe discutir nesse contexto o papel do Estado, do setor público e, especialmente da União, cujo papel poderia ser definido a partir do princípio da subsidiariedade que rege o federalismo cooperativo europeu e alemão.

É preciso investigar melhor os verdadeiros obstáculos sociais que impedem há décadas a implantação da revolução digital nas escolas, nos hospitais e instituições públicas. E a origem do bloqueio persistente à inovação científica e tecnológica entre a Universidade e as empresas como vem ocorrendo nos países que estão na vanguarda das inovações na economia. O que nos impede de priorizar a mobilidade urbana com transportes de massa; e a moradia em grande escala, já que só conseguimos atender 20% da demanda; e a continuidade da política de saneamento em parceria com o setor privado, inserida em uma política de planejamento e desenvolvimento urbano?

VII. O NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Introduzimos ainda no novo léxico do desenvolvimento o paradigma da sustentabilidade e da resiliência. Este é um modelo de transição que foi o iniciador da *deep transition*, introduzido pelo Clube de Roma, mas efetivamente formulado no contexto das Nações Unidas por duas grandes lideranças: **Maurice Strong e Gro Brundtland**. Esta foi a primeira grande tendência que impulsionou a globalização, no contexto dos conflitos Norte-Sul, e que configura “a invenção do desenvolvimento sustentável” (Camargo, 2022). A Conferência do Rio em 1992 operacionalizou o tripé da sustentabilidade - crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental - através de um documento histórico, a Agenda 21. Posteriormente acrescentou-se a dimensão informal da governança que define a sustentabilidade institucional contra a inércia das estruturas de governo. A importância da inovação e da produtividade, contida na dimensão econômica da sustentabilidade, propiciou a evolução do modelo nos últimos vinte anos, para o ponto a que chegamos hoje, em que as empresas assumem a ESG (environment, social and governance) como compromisso corporativo. As Nações Unidas por sua vez, evoluíram da trabalhosa Agenda 21 para a Economia Verde, na Rio +20 (2012) e para os ODS em 2015.

Levando em conta a degradação ambiental em função das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade, devemos considerar a necessidade de reduzir ao mesmo tempo os desequilíbrios espaciais e ambientais, com as calamidades naturais que se multiplicaram recentemente, levando em conta que o imperativo da *deep transition* é a transição energética dos combustíveis fósseis para as renováveis; a drástica redução dos resíduos pela economia circular; e a recomposição dos ecossistemas florestais e da qualidade da água em escala planetária.

Bibliografia:

--

Course Title:

Course Code:

Syllabus:

--